

**GUILLAUME AZEVEDO MARQUES DE SAES****TÍTULO: *UM PROJETO ECONÔMICO: ANÁLISE DO JORNAL TRIBUNA MILITAR (1881-82)***

**Resumo:** O objetivo desta comunicação é analisar as posições do jornal militar **Tribuna Militar** (1881-82) no que diz respeito a questões econômicas, e mais especificamente a assuntos relativos ao desenvolvimento e à industrialização. Este periódico, publicado no Rio de Janeiro no início da conturbada e decisiva década de 1880, defendia a transformação do Brasil de país agrícola e exportador de produtos primários em país industrial, e é para nós um indício de que por trás da ação do movimento militar que depôs a monarquia em 1889 havia um projeto de país contestando a ordem agrária e escravista do Império.

**Palavras-chave:** militares, desenvolvimento, industrialização, imprensa, economia.

**Abstract:** This presentation intends to analyse the ideas of the military journal **Tribuna Militar** (1881-82) about economic issues, and more specifically about subjects related to development and industrialization. This serial, published in Rio de Janeiro on the beginning of the troubled and decisive 1880's decade, advocated Brazil's transformation from an agrarian and primary products supplier country to an industrial country, and it is for us a sign that behind the military movement that overthrew monarchy was a country's project contesting the agrarian and proslavery Empire's order.

**Keywords:** militaries, development, industrialization, press, economy.

UM PROJETO ECONÔMICO: ANÁLISE DO JORNAL *TRIBUNA MILITAR* (1881-82)

(aluno de doutorado do programa de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Nelson Hideiki Nozoe, e bolsista FAPESP)

Em 15 de novembro de 1889, no Rio de Janeiro, uma força militar rebelde de seiscentos homens liderada por Deodoro da Fonseca e por Benjamin Constant recebia sem um único tiro a adesão das forças governamentais comandadas por Floriano Peixoto, e depunha o ministério Ouro Preto e junto com ele a monarquia. O fato de o regime imperial ter sido derrubado por sua própria força militar deixou diversos ensaístas saudosos da monarquia ao mesmo tempo intrigados e inconsoláveis. Tobias Monteiro, por exemplo, procura explicar a participação central do exército na derrubada do regime com base na tese da **hispanização** dos militares brasileiros, ou seja na idéia de que a oficialidade brasileira, ao conviver com a oficialidade das nações platinas durante a guerra do Paraguai, teria adquirido gosto pelo caudilhismo hispânico; o autor cita, para fins de exemplo, a suposta admiração de Floriano Peixoto por Solano López (Monteiro, 1982: 62). Oliveira Viana, por sua vez, apóia-se na tese da **instrumentalização** dos militares brasileiros, isto é na idéia de que os militares seriam incapazes de intervir na política com base em suas próprias motivações, e sim como instrumento de grupos políticos civis: da mesma forma que os partidos monárquicos cooptavam lideranças militares de prestígio, os republicanos teriam incitado os militares a se rebelar contra o regime (Vianna, s/d: 131-178)<sup>1</sup>. Como veremos ao longo desta comunicação, estas duas interpretações são incorretas: o primeiro autor associa equivocadamente a intervenção política dos militares brasileiros naquele momento histórico com um fenômeno político-militar de caráter feudal (ação política de potentados rurais com base em exércitos privados)<sup>2</sup>, desconsiderando todo o processo de burocratização pelo qual passou o exército brasileiro ao longo do século XIX, e sobretudo a partir de 1850; o segundo simplesmente nega que os militares possam ter um projeto político próprio, desconsiderando as lutas políticas da primeira década republicana, quando os militares só deixaram de fato o poder nas mãos dos civis a contragosto, após serem derrotados politicamente. No nosso entender, ao derrubar a monarquia os militares brasileiros agiram segundo motivações políticas próprias, e sua

rebelião tinha como alvo a base sócio-econômica na qual se apoiava o Império, fundada na escravidão e na exportação de produtos primários para os países desenvolvidos.

Peça importante, junto com a marinha de guerra, na política do Segundo Reinado de consolidação do imenso território brasileiro diante das ameaças internas (aspirações autonomistas das províncias) e externas (especialmente as provenientes da problemática região do Prata), o exército regular passou por um processo de burocratização, apoiado nos modelos militares da Europa burguesa, que visava torná-lo mais eficiente. A reforma de 1850, que instituiu critérios meritocráticos como base para a ascensão na carreira e a obrigatoriedade de curso universitário para os oficiais das armas técnicas (estado-maior, artilharia e engenharia), transformava o exército numa instituição moderna cujos princípios se tornariam incompatíveis com a ordem de privilégios que caracterizava a sociedade imperial<sup>3</sup>. Além do mais, a formação acentuadamente científica da oficialidade, formação presente desde a fundação da academia militar durante o período joanino e difundida a partir de 1850 entre uma parcela maior do exército, levaria o militar brasileiro a se interessar por questões relacionadas à modernização, ao desenvolvimento e à industrialização, transformando-o num crítico do caráter agrário e atrasado da economia brasileira de então.<sup>4</sup> Como afirma Jehovah Motta (Motta, 2001: 22):

A Academia nascia, assim, com dupla destinação. Seria escola militar e escola de engenharia. [...] O fato é que, com ela, o Exército pode ostentar a glória de ter organizado os primeiros estudos de engenharia que se realizaram no Brasil. [...] Durante muitas décadas foram formados pelo Exército os engenheiros com que o Brasil contou. Os primeiros trabalhos de topografia e de geodésia, os primeiros canais, as primeiras e indecisas estradas rumo ao interior foram obras de engenheiros formados pela Academia Militar.

Partindo desse fato, não é de estagnar-se a vocação do homem de farda brasileiro para encarar os problemas do País em termos de criação e administração da riqueza nacional. O Exército, no Brasil, tem estado presente, sempre, nas lucubrações e nas realizações do pioneirismo administrativo. Isto no passado, quando se tratou de estradas de ferro, de linhas telegráficas, de siderurgia e, no presente, quando as questões se chamam petróleo e industrialização.

Trata-se aqui de um fenômeno presente em países do mundo subdesenvolvido, onde uma oficialidade qualificada e formada segundo os padrões dos exércitos das

grandes potências, ao constatar o atraso social e econômico de seu país e ao considerar a elite civil incapaz de reverter este quadro desfavorável, passa a ver nas forças armadas o único agente político capaz de promover o desenvolvimento do país, isto é sua passagem de uma etapa agrícola para uma etapa industrial. Esta linha de pensamento, que guiaria não somente as posteriores intervenções políticas dos militares brasileiros, como também a ação de Mustapha Kemal na Turquia, de Nasser e do grupo dos Oficiais Livres no Egito e de Velasco Alvarado e seus correligionários do Centro de Altos Estudos Militares no Peru, está presente, por exemplo, neste raciocínio do general Breno Borges Fortes em discurso datado de 1969:

É muito claro o papel dos Exércitos de nações desenvolvidas, de estruturas políticas sedimentadas, de interesses projetados sobre o mapa do mundo, de ameaças vindas de fora. Seu dever é a guerra externa, é preparar-se para ela, para proteger aqueles interesses onde quer que eles se encontrem. [...] Bem diverso é o quadro de uma nação subdesenvolvida, empenhada no processo de desenvolvimento e necessitando vencer as maiores contradições internas.<sup>5</sup>

Por trás da rebelião militar contra a ordem imperial estava, portanto, um **projeto de país** (ou, melhor dizendo, um **projeto de potência**), por sua vez relacionado a um projeto de desenvolvimento visando transformar o Brasil, de país voltado para uma economia agro-exportadora, em país industrial. É esta a preocupação que está por trás do periódico que nos propomos a analisar aqui.

A defesa de um modelo de desenvolvimento antagônico à ordem sócio-econômica do Império, esta última fundada na exportação de produtos primários, na grande propriedade e no trabalho escravo, já estava presente na imprensa militar na década de 1850. Apesar de leal ao imperador, o jornal **O Militar**, que circulou nos períodos 1854-55 e 1860-61, contestava abertamente a ordem sócio-econômica vigente. Este periódico, estudado a fundo por John Schulz (Schulz, 1994: 38-49), apresentava reivindicações voltadas tanto para o terreno técnico-profissional (defesa do serviço militar obrigatório) quanto para o progresso social (abolição da escravidão e política de incentivo à imigração européia) e o desenvolvimento nacional (política de expansão das vias de comunicação (ferrovias, estradas e telégrafos) e de incentivo às atividades industriais). Acusando a elite imperial (a “classe legista”) de desprezar e de dificultar,

através de um conjunto de leis e regulamentos, o desenvolvimento industrial, **O Militar** defendia uma política de crédito e tarifas protecionistas para a indústria. Encontramos posições similares no jornal **Tribuna Militar**, também estudado por John Schulz (Schulz, 1994: 87-93) e que circulou no período 1881-82. Optamos por analisar a fundo as posições deste periódico no que diz respeito ao desenvolvimento sócio-econômico do país pelo fato dele ter circulado num momento correspondente à eclosão da rebelião militar contra a ordem imperial, suas posições podendo refletir melhor as posições da oficialidade revolucionária daquele momento histórico.

O jornal **Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz** era bissemanal e circulou entre julho de 1881 e março de 1882, sendo publicado pela **Typographia da Tribuna Militar**, no Rio de Janeiro, e tendo como responsável o nome de J. A. de Castro Miranda.<sup>6</sup> Os artigos deste periódico em sua maioria esmagadora não são assinados, muito provavelmente para se evitar uma punição por indisciplina, já que se trata de uma publicação realizada por militares contendo fortes críticas à ordem vigente. Segundo William S. Dudley (Dudley, 1975: 60-61), a **Tribuna Militar**, continuação sob outro nome do jornal **O Soldado**, que circulou entre março e julho de 1881, desapareceu sem razão aparente. Para nós, pode haver duas explicações para este desaparecimento: a primeira seria de ordem material e financeira, já que encontramos na primeira página de diversos números queixas sobre a situação precária do jornal e da necessidade de se aumentarem as assinaturas; a segunda seria de ordem política, as pressões de parte de setores civis e militares comprometidos com a ordem vigente, setores que viam este tipo de publicação como uma ameaça à disciplina militar, tornando inviável a sobrevivência do jornal.

Assim como **O Militar**, a **Tribuna Militar** não se ocupava somente de questões propriamente militares, como também de questões políticas, sociais e econômicas.

No que diz respeito às primeiras, o jornal alerta para o despreparo militar do Império diante das eternas ameaças platinas, estando evidente a preocupação com a modernização militar do arqui-inimigo, a Argentina.<sup>7</sup> Já no que toca às questões políticas, o periódico se apresenta ao mesmo tempo como **apartidário** e representante da **classe militar**. Alegando que a princípio nenhum tipo de regime, seja ele uma monarquia ou uma república, é bom ou ruim, ele defende a tese de que a classe militar

deve estar pronta para intervir em momentos de crise política da nação, apoiar os governos honrados e respeitadores da lei e se colocar contra os governos que não seguem os bons princípios.<sup>8</sup> Este tipo de posição política, moderada se a compararmos com as posições de outro jornal militar, **O Nihilista**, que já no ano de 1883 pregava abertamente a derrubada do regime imperial<sup>9</sup>, consiste no nosso entender numa manifestação, mesmo que embrionária, do conceito de “soldado cidadão”. Segundo este conceito, trabalhado por José Murilo de Carvalho (Carvalho, 2005: 38-40), o soldado deveria deixar de ser um mero cumpridor de ordens e se tornar um cidadão capaz de interpretar a política do governo (no sentido de saber se ela é benéfica ou maléfica para a pátria), e de, a partir daí, tomar posição em relação a ela. Esta ideologia, desenvolvida durante as agitações militares da década e retomada quarenta anos depois pelos tenentes revolucionários que pegavam em armas contra a república oligárquica, leva logicamente a uma justificação do intervencionismo militar na vida política do país. Podemos constatar, a partir daí, que a **Tribuna Militar** é uma publicação essencialmente **política** na medida em que dedica boa parte de seus números a uma análise dos problemas do país. Sua visão crítica da vida política brasileira está manifesta neste artigo que faz lembrar as posições de Virgínio Santa Rosa, grande ensaísta apologista do tenentismo, contra o poder dos coronéis da República Velha:

O que dissemos do fazendeiro de café aplica-se, *mutatis mutandis*, ao fazendeiro de açúcar, aos potentados das províncias do norte, aos estancieiros do sul, aos mineradores do centro, etc. etc.; são os donos das terras, os proprietários territoriais. Eles e os negociantes formam a massa *da gente que tem o que perder*; eles constituem a nação brasileira, *essencialmente agrícola* e deles é que saem os eleitores e vereadores, os *fagundes* e os pais da pátria, os comendadores e os barões. O mais tudo é fósforo, é gente que não tem o que perder. São, como já dissemos, nove milhões de analfabetos, entestando com dois milhões de gente que tem, que sabe onde traz o nariz *que é instruída*. [...] Planta-se e colhe-se café, planta-se cana e faz-se açúcar como até aqui, porque o país é *essencialmente agrícola*. [...] Os nove milhões de fósforos não servem para nada; quando muito podem fornecer *voluntários* para o exército e a armada, cocheiros e condutores para bondes, guarda-freios e guarda-cancelas para estradas de ferro, foguistas e por algum milagre, maquinistas para locomotivas e vapores e disse. Nas fazendas e nas roças eles são os agregados, os peões, os tropeiros, os capangas. E como se vê bem claramente, em tempo de eleição essa caterva adquire uma tal ou qual importância, porque por meio dela é que se avança à conquista das urnas. E disse.<sup>10</sup>

Admiradores da revolução francesa<sup>11</sup>, os autores do periódico estão visando claramente, em suas críticas, a elite política do império, isto é a elite do que mais tarde se tornaria o “antigo regime”.

Apesar do editorial de 28 de julho de 1881 se mostrar otimista em relação ao futuro, elogiando a reforma eleitoral daquele ano, prevendo a extinção da escravidão, o desenvolvimento da instrução pública, da indústria, das estradas de ferro, do comércio e da lavoura, e o progresso cultural e religioso do país<sup>12</sup>, os artigos deste periódico tendem em geral a ser extremamente críticos para com a ordem social e econômica vigente. Este é o teor do texto seguinte:

Nós temos o defeito de aplicar a todas as nossas coisas o *laissez passer* da indolência que nos é congênita.

Somos o país mais atrasado na instrução, na indústria, em tudo quanto determina a riqueza de outras nações. Tudo importamos, nada sabemos exportar.

Nossos estaleiros servem apenas para concertos, e a não ser algumas *Traripes*, só uma ou outra canhoneira nela se constrói. Em geral somente escaleres, lanchões etc.

Só agora é que se está experimentando o nosso ferro de Ipanema, fábrica esta custeada pelo estado desde os tempos coloniais (!) e até hoje *única* no país. A respeito de estradas de ferro a de D. Pedro 2º é o único espécime a que todos os governos dispensaram alguma atenção. Nossas fronteiras são solicitadas por ferrovias estrangeiras! e o nosso mais fidalgo inimigo atinge-as de um modo assustador.

A indiferença... por que não diremos a verdade? o nosso desastrado desleixo, porém, cruza os braços, e deixa que o inimigo nos cerque, nos comprima e esmague. Só quando levantar sobre nós a massa que nos há de derrubar o primeiro homem, e que os parentes deste gritem e ameacem ou o estrangeiro exija a garantia de sua colônia, então chega a vez do *fervet opus*, desordenado, cego, alucinado da defesa tardia, quando qualquer remédio ao mal for impossível, e a morte sobrevenha à crise.

Nem o exemplo da questão inglesa – Christie; - nem a provação dolorosa que nos trouxe o Paraguai, nem a atividade de reorganização do exército argentino, nem o lançamento de suas vias telegráficas, de suas estradas de ferro convergindo todas às nossas fronteiras, nos movem, nos ensinam a fazer respeitar as nossas casas!

Não se diga que somos pusilânimes e visionários. Os dois fatos acima citados, quando com a rapidez dos desastres caíram sobre o país, as vítimas primeiras fomos nós, - os

militares – e temos receio de continuar a ser o hirco expiatório da desídia e do erro dos nossos governos.<sup>13</sup>

Encontramos aqui uma associação entre atraso econômico e vulnerabilidade militar do país<sup>14</sup>, pensamento que será bastante difundido nos meios militares. As vias de comunicação (no caso as estradas de ferro e as linhas telegráficas) aparecem aqui como elemento de valor geopolítico e militar, por interligar o país e, desta forma, ajudá-lo a construir um sistema de defesa mais sólido. O texto menciona a famosa fábrica de ferro de São João de Ipanema, fábrica estatal fundada em 1810 pela monarquia portuguesa exilada no Brasil e que funcionou, com interrupções, na cidade de Sorocaba, interior de São Paulo, até o seu fechamento em 1895; sua baixa produtividade e baixa competitividade diante do ferro importado da Europa (em especial do ferro inglês) fez com que a fábrica tivesse pouca utilidade militar, vindo a contribuir de fato para a fabricação de outro tipo de equipamento, como utensílios agrícolas e material ferroviário.<sup>15</sup>

A **Tribuna Militar** apoiava a campanha abolicionista, o que pode ser constatado com base no artigo **Escola Militar**, de 28 de julho de 1881, que relata uma festa abolicionista do Clube da Emancipação ocorrida na escola militar<sup>16</sup>, e no poema **Os escravos**, recitado pelo jovem militar Servílio Gonçalves em sessão magna do Clube dos Libertos, e publicado no número de 28 de agosto de 1881.<sup>17</sup>

As posições da **Tribuna Militar** em relação às questões econômicas, além da defesa de medidas como a nacionalização da navegação de cabotagem<sup>18</sup> e a nacionalização do comércio a retalho<sup>19</sup> (que se tornariam bandeiras dos movimentos nacionalistas do início da República), consistem essencialmente numa defesa enfática da **industrialização**:

Esta é uma águia<sup>20</sup> que se impluma. Encara os espaços infinitos e ensaia o vôo de sua pujança.

Desembarquem-lhe as asas, e ela voejará a princípio por sobre os abismos e por sobre a voragem das tentativas arriscadas; mas fortalecida depois, amparada com cautela, a medir a extensão de seus titubeantes e mal seguros planos, ganhará a firmeza do vôo, e moderadamente se lançará na vastidão de seu completo desenvolvimento.

O governo que nos der a segurança de termos em bases sólidas o fundamento de nossa indústria, esse será por certo o salvador do país.



Nossa fortuna, nossa riqueza, nossa glória, dependem desse esforço único.

Desde que ele não for acolhido e praticado, teremos a confusão que nos rege desde que somos nação independente, a balbúrdia das finanças, o desequilíbrio já crônico constante entre a receita e a despesa, e por conseguinte o descrédito e a ruína.

Chega-nos de sobejo a longa experiência de 60 anos de provas, e aborrece-nos já a crença tão ridicularizada de que o – *Brasil é um país essencialmente agrícola*, para não dizermos – essencialmente do *palavrório*.<sup>21</sup>

Quem seriam os adversários da industrialização? Para o jornal, os **livre-cambistas**, vistos aqui como teóricos influenciados por idéias estrangeiras sem pé na realidade brasileira:

Continua a desgraçada mania das *sabenças de livro*, de princípios e regras decoradas, que sem critério nem reflexão querem aplicar-se a todo transe em circunstâncias inteiramente diversas. Nem a lição de meio século de existência como inculcada nação independente ainda nos escarmenta das perniciosas doutrinas que têm mantido o pobre Brasil no estado de *país essencialmente agrícola*.

Na grande imprensa, no parlamento, no governo ainda predominam idéias e princípios financeiros absolutamente inaplicáveis às circunstâncias especiais do país, e os homens completamente imbuídos naquilo que lêem nos livros, mas não diferem, enrolados nas magnificências da frase dos mais eminentes escritores, continuam a apregoar os mesmos princípios, a reclamar pela rigorosa aplicação deles, e não têm olhos para ver as conseqüências desgraçadas que têm apresentado na prática. [...] Neste caso estão os defensores do *livre-câmbio* aplicando aos que condenam essa desordenada liberdade, o nome de *protecionistas*. [...] Os propugnadores do *free trade* aplicam o nome de *protecionistas* a todos os que não estão pelo livre-câmbio em absoluto, e sob o nome de *protecionismo* condenam toda e qualquer proteção às indústrias, proteção que aliás é de rigorosa obrigação para a governança de qualquer estado, cujo pessoal governativo se compenetre da missão que lhe é incumbida – A prosperidade da pátria.<sup>22</sup>

Este trecho, extraído do primeiro de uma longa série de artigos intitulada **Protecionismo**, mostra a que ponto as **tarifas protecionistas** eram consideradas, pelo jornal, fator determinante para o desenvolvimento industrial do país. Associando-os aos escritores da escola realista, para ele falsos retratistas da realidade social, o jornal acusa os livre-cambistas de defender o livre comércio e condenar a proteção às manufaturas

nacionais sem levar em conta (por ignorância ou por má fé) fatores como os privilégios e os monopólios, que tornam a liberdade de comércio, tal qual a concebem os teóricos, impossível<sup>23</sup>; além do mais, os livre-cambistas não levam em conta que a defesa do livre comércio é uma arma ideológica das nações imperialistas, em especial a Inglaterra, que procuram empurrar para as outras nações seus produtos manufaturados de má qualidade.<sup>24</sup> O Estado deve ter, portanto, uma função central no desenvolvimento industrial do país, protegendo as manufaturas brasileiras da concorrência estrangeira e da ação maléfica de financistas inescrupulosos:

Quando se pede proteção para as indústrias 1º não se pede só elevação de direitos aduaneiros 2º não se pede essa elevação de direitos sobre produtos similares e baixamento dele sobre as matérias primas, senão para as indústrias viáveis, como as de tecidos [...] 3º que a proteção pedida é principalmente contra as fraudes comerciais, que fingem fornecer mais barato e fornecem um barato que sai caro. [...] O Estado é o pai, ou deve sê-lo, das indústrias honestas e o zeloso tutor que as deve defender da ganância dos traficantes.

Se não fosse, não teria do direito de varejar as casas de negócio para mandar deitar ao mar os gêneros podres, para fazer respeitar a lei das marcas, para evitar que se venda gato por lebre ao consumidor etc. etc.<sup>25</sup>

Trata-se aqui, portanto, da defesa do papel do Estado como regulador da economia, como impulsionador do desenvolvimento manufatureiro, e não da defesa de sua intervenção direta na produção.

Qual(is) setor(es) da indústria deveria(m) ser privilegiado(s)? No que diz respeito a esta questão, a **Tribuna Militar** não parece se definir. Embora encontremos referências a áreas como a militar (esta de forma bastante vaga por sinal)<sup>26</sup>, a siderúrgica, a têxtil e a alimentícia, não conseguimos perceber uma ênfase especial em alguma delas. Melhor dizendo, não encontramos um setor específico escolhido para a linha de frente do processo de industrialização, como a indústria pesada no projeto econômico dos militares da década de 1930. Os diferentes ramos da indústria são colocados dentro mesmo patamar, sem hierarquização em ordem de importância e prioridade, o que nos leva a crer que se trata aqui mais de uma defesa ideológica da indústria em geral, vista como o único caminho possível para o país atingir sua autarquia econômica do que de uma defesa baseada em conhecimentos precisos e detalhados. O jornal, por exemplo, não parece se preocupar com o estado de atraso

técnico das fábricas brasileiras, que num período em que a grande indústria estava em processo de consolidação nas grandes potências européias e nos Estados Unidos, não passavam em sua grande maioria de pequenas unidades artesanais ou manufatureiras.<sup>27</sup> A ampla satisfação com o estado técnico da indústria brasileira é visível neste artigo sobre a exposição industrial de 1881 no Rio de Janeiro:

Deslumbra o aspecto daquele harmonioso conjunto industrial.

Perante aquele certame do esforço individual ou coletivo ressalta o vigor e força de vontade de nossos patrícios tão perseguidos pela desgraçada preferência que no país se concede a tudo quanto de ruim nos envia o estrangeiro.

Entrar naquela vasta praça de nossa produção é encarar de frente com o maior documento de nossa energia.

Aqueles tecidos de algodão, as locomotivas, viaturas produtos de cerâmica... em uma palavra: todo aquele agrupamento da indústria nacional é uma pungente ironia, um sarcasmo vivo lançado àqueles que negam-nos os meios de sermos o que somos pela estulta presunção de que o Brasil é um país essencialmente agrícola.

A exposição industrial de 1881 – precipitadamente imaginada, sofregamente resolvida, e atropeladamente realizada, é uma prova, um desmentido solene, que deve a estas horas haver confundido aos inimigos do movimento de nossa independência manufatureira.

Aquele palácio está nos dizendo que tudo temos e tudo podemos ter sem a cotação da indústria de além-mar.

O ferro de nossas fábricas não tem rival, e as rodas de nossos trens aí estão para prova.

A marcenaria do país sem competidora no universo ergue-se pujante, rica de matéria-prima.

Os produtos naturais, os tecidos, os vinhos, cereais, tudo em uma palavra, do melhor, do mais puro e da mais perfeita aplicação.

A agricultura aí está bem representada pela variedade de seus artefatos, máquinas, instrumentos de lavoura e engenhos diversos.

Os trabalhos de arame, camas, viveiros, redes, grades e outros acessórios confundem tanto pela variedade como por sua útil aplicação. [...] O deslumbramento que nos

deixou a Exposição industrial de 1881, bem como a História do Brasil, nos convence de uma coisa que já há muito vaticinávamos: e é que o Brasil caminha a passos de gigante para o termo de sua grandeza; e que não estará longe o dia de tamanha glória.

Abra-se seu seio à [ilegível], e exonere-se nossa nascente e rica indústria das peias que a cercam, rejeitemos os maus produtos da importação estrangeira, e tanto basta para tocarmos a meta de nosso desenvolvimento social.<sup>28</sup>

Segundo o texto, portanto, a industrialização do país não estaria dependendo de um maior desenvolvimento técnico das fábricas, na medida em que estas **aparentemente** já produziam produtos de alta qualidade e em quantidade suficiente para abastecer o mercado brasileiro, e sim de uma legislação que dificultasse a entrada dos produtos estrangeiros que concorriam com os nacionais. Este tipo de argumentação se aproxima bastante das reivindicações dos industriais da época, reivindicações de caráter essencialmente classista que pediam medidas governamentais que beneficiassem as fábricas nacionais (aumento de tarifas para produtos estrangeiros similares aos fabricados aqui e redução de tarifas para máquinas e matéria-prima importadas necessárias para o funcionamento das fábricas), sem contudo demonstrar preocupação com a modernização estrutural das unidades industriais e nem com o desenvolvimento geral do país.<sup>29</sup> Esta associação entre de um lado protecionismo e industrialismo e do outro livre-cambismo e agrarismo precisa, inclusive, ser nuançada: num país cujo setor industrial não somente é arcaico como desinteressado em se modernizar, as medidas protecionistas, ao invés de estimular o desenvolvimento industrial do país, podem simplesmente freá-lo. É esta linha de pensamento que levou Napoleão III, o esclarecido chefe de Estado da França entre 1848 e 1870 e grande defensor da industrialização, a adotar uma política livre-cambista: ao mesmo tempo em que defendia a intervenção do Estado na economia e punha em prática um vasto programa de desenvolvimento abrangendo as vias de comunicação (estradas, telégrafos, navegação fluvial e sobretudo a construção de uma imensa e complexa rede ferroviária), a infra-estrutura (modernização das cidades e dos portos), a modernização da agricultura e o desenvolvimento industrial (este último através de um setor bancário dedicado especificamente ao financiamento das atividades industriais), realizava a partir de 1860 uma política de redução de tarifas permitindo a entrada dos produtos manufaturados ingleses e obrigando desta forma o arcaico setor manufatureiro francês a se tornar mais competitivo e a se transformar em grande indústria.<sup>30</sup> Além do mais, apesar de

abolicionistas, os articulistas da **Tribuna Militar** não parecem fazer a associação entre escravismo e atraso industrial, aparentemente não levando em conta os obstáculos, impostos pela escravidão, à formação de um mercado de trabalho baseado numa mão-de-obra livre e assalariada, sem o qual não pode haver desenvolvimento capitalista.<sup>31</sup> O seu abolicionismo é mais de cunho moral e político, isto é, uma revolta contra o caráter anti-meritocrático da ordem escravista, do que fundado em preocupações econômicas. Podemos dizer, portanto, que para a **Tribuna Militar**, uma política de industrialização deveria consistir essencialmente numa proteção às fábricas já existentes, o que de fato está mais próximo de uma defesa dos interesses da burguesia manufatureira nacional do que de um verdadeiro projeto contestador e alternativo ao caráter agro-exportador da economia brasileira.

Podemos, resumidamente, expor as principais posições da **Tribuna Militar** que analisamos atrás: na área militar, preocupação com a segurança do país ameaçada pelo expansionismo argentino; na área política, crítica virulenta ao caráter atrasado e tirânico da elite imperial, isentando no entanto a monarquia e a figura do imperador; na área social, apoio à causa abolicionista; e na área econômica, defesa da transformação do Brasil de país agrícola em país industrial. Apesar de ousado em seus objetivos, o projeto econômico do jornal revela algumas deficiências, como a pouca precisão no que diz respeito aos setores da indústria que deveriam ser privilegiados e a ausência de preocupação quanto ao atraso técnico das fábricas brasileiras, o protecionismo aparecendo aqui como suficiente para o desenvolvimento industrial do país. Além do mais, a condenação da elite agrária que dominava o país não é acompanhada por uma contestação da estrutura da propriedade fundiária: ao contrário do tenentismo do início da década de 1930, não encontramos aqui um projeto de reforma agrária e de destruição do latifúndio improdutivo, as críticas do periódico, já prenunciando o jacobinismo florianista, visando de preferência setores como o grande comércio urbano.<sup>32</sup> Para o jornal, o papel reservado ao Estado no processo de industrialização do país deveria ser o de regulador das atividades econômicas e o de impulsionador do desenvolvimento industrial; não se trata portanto de uma defesa da intervenção direta do Estado na produção, esta só acontecendo de forma sistemática mais de meio século depois, com a criação das indústrias estatais de base pelo Estado Novo.

Finalmente, encontramos no editorial do último número um trecho que de certa forma retrata a ideologia do jornal:

A exemplo das nações mais adiantadas, o Brasil precisa fazer-se respeitar, e para que o seu pavilhão seja elevado à altura que lhe compete nunca poderá prescindir do eficaz, sempre eficaz apoio das suas baionetas.

Há no progredir dos povos tantos interesses divergentes, tantas ambições mal entendidas, e diremos mesmo, tantas anomalias em seus modos de pensar, que somente pelo respeito que impõe o exército, a força armada de um deles, poderá sempre ter a primazia e ser respeitado, se não pela força do direito, ao menos pelo direito da força.

Longe de nós a propaganda da Nação em constante pé de guerra.

Não. Nunca!

O Brasil deve prosperar pela indústria, pela agricultura e pela ciência.

O exército, o seu exército, servir-lhe-á então somente de escudo, a cuja sombra descanse garantida toda a sua riqueza, todo o seu futuro.<sup>33</sup>

Este projeto de desenvolvimento que encontramos aqui estaria presente no discurso militar (pelo menos nos setores mais progressistas das forças armadas) nos primeiros anos do regime republicano. Ele estaria presente, por exemplo, no programa político de Floriano Peixoto, onde encontramos o estímulo à indústria, a expansão da rede ferroviária e o ensino profissional<sup>34</sup>, assim como na posterior militância de Serzedelo Corrêa a favor da indústria nacional. No entanto, como vimos, este projeto, no que diz respeito especificamente à questão da indústria, é bastante moderado e limitado, sobretudo se o comparamos com o projeto econômico dos tenentes revolucionários que subiram ao poder junto com Getúlio Vargas em 1930, assim como com o projeto econômico dos generais do Estado Novo. Enquanto estes eram mais precisos, apoiando-se em setores específicos da indústria como a siderurgia (esta já nos padrões da grande indústria, tal qual existia nas grandes potências) e defendendo inclusive a intervenção direta do Estado na produção industrial (grande empresas estatais), os militares do final do século XIX se limitavam a uma defesa genérica da indústria e de uma política econômica (de eficiência duvidosa, por sinal) no fundo ainda

situada dentro dos moldes liberais e fundada apenas no incentivo às atividades industriais (protecionismo e, já na época de Floriano Peixoto, empréstimos públicos a empresários), sem aparente preocupação com o estado arcaico da indústria brasileira. Para um maior desenvolvimento do projeto econômico militar seria preciso o surgimento de fatores externos, como a Primeira Guerra Mundial, onde a ligação entre o poderio bélico e o poderio industrial ficaria mais evidente, e internos, como o desenvolvimento industrial proporcionado pela expansão da economia cafeeira ao longo da República Velha, desenvolvimento que tornaria o contexto sócio-econômico mais favorável à elaboração de projetos de maior envergadura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Fonte primária principal:** *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*. Rio de Janeiro: Typographia da Tribuna Militar, 1881-82. Periódico disponível em versão micro-filmada no **Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil**.

**Fontes primárias secundárias:** *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil por ocasião de abrir-se a 2ª sessão legislativa da 1ª legislatura*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892; *O nihilista: orgao dos operarios, do exercito e da armada*. Rio de Janeiro, 1883 (números 22 e 23 disponíveis em versão micro-filmada no **Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil**).

### **Livros, artigos e outras publicações:**

ANCEAU, Éric. **La France de 1848 à 1870: entre ordre et mouvement**. Paris: Librairie Générale Française, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador**. In: CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005: 13-61.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1996.

DUDLEY, William S. **Institucional Sources of Officer Discontent in the Brazilian Army, 1870-1889**. *Hispanic American Historical Review*, Vol. 55, No. 1, February 1975: 44-65.

GERSCHENKRON, Alexander. *Atraso económico e industrialización*. 2ª ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1973.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GREMAUD, Amaury Patrick, SAES, Flávio Azevedo Marques de, TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

IGLÉSIAS, Francisco. *A industrialização brasileira*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a História*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

S. Frederico de. *Fastos da ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891*. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Nilton Pereira dos. **Um projeto geopolítico do governo Imperial Brasileiro: a fábrica de ferro São João de Ipanema (1860-1889)**. Trabalho apresentado no **Seminário de pós-graduação em História Econômica**, realizado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 3 a 5 de setembro de 2008.

SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VIANNA, Oliveira. *O ocaso do império*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, s/d.

## NOTAS:

<sup>1</sup> Eduardo Prado (S., 2003: 25-26), um pouco mais sofisticado que esses dois autores, vê uma diferença de comportamento político entre o antigo militar inculco e leal à monarquia, e uma nova geração mais qualificada e contestadora da ordem vigente; no entanto, seu monarquismo militante leva a uma interpretação estereotipada e preconceituosa segundo a qual a antiga geração era patriótica e militarmente empenhada, enquanto que a nova geração formada nos bancos da academia era arrogante, diletante e mais interessada em filosofias subversivas como o positivismo do que na vida militar.

<sup>2</sup> Alain Rouquié (Rouquié, 1984: 67) assim explica a diferença entre o caudilho e o militar de carreira dentro do contexto latino-americano do século XIX: “*Essa anarquia em que são sedimentadas as sociedades pós-coloniais do subcontinente, é o período dos caudilhos. Embora fosse um homem de armas, o caudilho era o oposto do militar de carreira. Esse último é o produto e a engrenagem de uma burocracia. O caudilho é, pelo contrário, engendrado pela decomposição institucional e social. Os chefes dos exércitos de emancipação bem cedo procuraram, assim que a vitória foi conquistada, em alguns países, a partir de 1825, transformar-se em caudilhos, estabelecendo por vezes um feudo, e na maior parte das vezes esforçando-se para se apossar do poder “nacional”*”.

<sup>3</sup> Para a reforma militar de 1850 ver o trabalho de John Schulz (Schulz, 1994), capítulo I, **1850 – Uma carreira se abre ao talento**.

<sup>4</sup> Segundo John Schulz (Schulz, 1994: 31), “*não é de surpreender que os jovens oficiais tenham se rebelado contra a ordem imperial. Nos anos cinqüenta, a academia militar da capital continuou a ser uma ilha de instrução em uma sociedade constituída por uma maioria analfabeta. Os estudantes militares liam muito e tinham uma melhor noção dos acontecimentos internacionais do que a maioria dos seus compatriotas. Instruídos por engenheiros, os estudantes reconheciam a importância da indústria e de novos métodos de transporte como, por exemplo, as ferrovias. [...] Já na década de 50, os estudantes militares reconheciam que a abolição fornecia a base para a modernização. Os oficiais tampouco ignoravam que elite fazendeira, fundamentada na escravidão e no empreguismo, era o principal obstáculo ao progresso do Brasil*”.

<sup>5</sup> Citado por Edmundo Campos Coelho (Coelho, 2000: 9).

<sup>6</sup> *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*. Rio de Janeiro: Typographia da Tribuna Militar, 1881-82. Este periódico está disponível em versão micro-filmada no **Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil**.

<sup>7</sup> Ver *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 23, 18 de setembro de 1881, p. 1-2, e *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano II, no. 17, 2 de março de 1882, p. 1.

<sup>8</sup> Ver *Nossa missão na imprensa. Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 40, 17 de novembro de 1881, p. 1-2, e *Os princípios. Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 43, 27 de novembro de 1881, p. 1.

<sup>9</sup> Ver o editorial de *O nihilista: orgao dos operarios, do exercito e da armada*. Rio de Janeiro, ano I, no. 23, 6 de abril de 1883, p. 1. Os números 22 e 23 deste periódico estão disponíveis em versão micro-filmada no **Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil**. Para mais informações sobre este jornal, que visivelmente representava as tendências mais radicais e revolucionárias dentro do movimento militar contra o Império, ver John Schulz (Schulz, 1994: 95-98).

<sup>10</sup> *Como são as coisas. Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 3, 10 de julho de 1881, p. 1-2.

<sup>11</sup> Ver a efeméride *O aniversario da Bastilha*, homenageando o aniversário da revolução de 1789. *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 5, 17 de julho de 1881, p. 1.

<sup>12</sup> *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, no. 8, 28 de julho de 1881, p. 1.

<sup>13</sup> *Se vis pacem... Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 24, 22 de setembro de 1881, p. 1.

<sup>14</sup> Frank D. McCann, em sua recente história do exército brasileiro (McCann, 2007: 43), passa uma relação do armamento do exército brasileiro no ano de 1889, relação que reflete a dependência do país em relação às indústrias militares estrangeiras: “*Os soldados de infantaria em 1889 eram armados com fuzis Comblain de retrocarga, mas algumas unidades ainda usavam fuzis de antecarga de meados do século conhecidos como Miniés. [...] A cavalaria usava carabinas de repetição Winchester (modelos 1872-76) adaptadas para atirar cartuchos Comblain, além de revólveres Nagant. Os oficiais usavam pistolas Gerard de 8 mm. [...] A artilharia de campanha compunha-se de uma mistura de peças La Hitte, Paixahans, Whitworth e Krupp de vários calibres, alguns de antecarga, e os destas últimas duas marcos eram peças pesadas de 130, 80 e 75 mm. Os fortes costeiros eram armados com canhões Parrot, Whitworth, Armstrong e Krupp, além de foguetes Congrève, nenhum dos quais com alcance superior a 4,8 quilômetros. Evidentemente, essa lista indica a acentuada dependência de armas estrangeiras importadas*”.

<sup>15</sup> Ipanema não teve participação na fabricação de armamento durante a guerra do Paraguai, os arsenais da Corte vindo a usar ferro importado. A pouca ou nenhuma utilidade militar da fábrica explica porque ela, a princípio submetida ao ministério da guerra, passou, em 1877, para o ministério da agricultura, comércio e obras públicas (para maiores detalhes sobre a fábrica, ver o trabalho de Nilton Pereira dos Santos (Santos, 2008)). Para Wilson Suzigan (Suzigan, 1986: 257-258), fábricas brasileiras de ferro do século XIX como a de Ipanema e outras de vida mais curta situadas em Minas Gerais, como a Fábrica Patriótica, a do Morro do Pilar e a de Caeté, fundiram ferro em pequena quantidade e de forma intermitente; ao contrário do ferro europeu, e especialmente do inglês, que correspondia a um estágio mais avançado da indústria siderúrgica e que, portanto, era mais abundante, mais barato e de melhor qualidade, o ferro brasileiro era caro, de baixa qualidade e produzido em pequena quantidade.

<sup>16</sup> Esta festa contou com a participação de nomes como o general Severiano da Fonseca (irmão de Deodoro da Fonseca), que distribuiu cinco cartas de liberdade em nome do clube, Jaime Benévolo, Saturnino Cardoso, Melquíades de Souza, Rodolfo Pau Brasil, Faria de Albuquerque, Cunha Teles, Ulysses Cabral, Godoy, Herculano de Araújo, Thomaz Alves, Servílio Gonçalves, João Clapp, Gomes dos Santos e Campos Porto (*Escola militar. Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 8, 28 de julho de 1881, p. 1).

<sup>17</sup> *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 17, 28 de agosto de 1881, p. 3.

<sup>18</sup> *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 9, 31 de julho de 1881, p. 1.

<sup>19</sup> *Aos eleitores da Corte. Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 26, 29 de setembro de 1881, p. 3.

<sup>20</sup> O artigo está se referindo à indústria nacional.

<sup>21</sup> **Indústria nacional.** *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano II, no. 18, 5 de março de 1882, p. 1-2.

<sup>22</sup> **Protecionismo.** *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 35, 30 de outubro de 1881, p. 1-2.

<sup>23</sup> **Protecionismo.** *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 36, 3 de novembro de 1881, p. 1-2.

<sup>24</sup> Ver o editorial da *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 37, 6 de novembro de 1881, p. 1. Para ilustrar suas teses protecionistas, o jornal se apóia no exemplo dos Estados Unidos, que através do protecionismo conseguiram preservar sua indústria da concorrência europeia e, desta forma, se transformaram numa grande potência econômica: “*Se fosse em absoluto verdadeira a doutrina do livre-câmbio, ela não seria pregada quase que exclusivamente pelos autores europeus, e teria igualmente voga nos Estados Unidos. Ainda mais, para formal e decisiva condenação das nossas teorias econômicas, nos Estados Unidos predomina realmente o protecionismo, um protecionismo racional, baseado sobre a observação das conveniências industriais que se apresentam, mas sempre protecionismo real e eficaz que faz com que a grande competidora das indústrias européias possa suplantar os outros países em todas as espécies de artefatos que lhe são convenientes. Basta-nos olhar para o que a grande nação nos apresenta nos produtos de litografia e marcenaria, nos quais deixa a perder de vista os similares que a indústria europeia oferece*” (*Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 37, 6 de novembro de 1881, p. 1).

<sup>25</sup> **Exposição industrial.** *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 49, 18 de dezembro de 1881, p. 1-2.

<sup>26</sup> O único artigo que encontramos no jornal abordando um setor específico da indústria militar brasileira é o artigo intitulado **Construção naval**, publicado no número de 30 de outubro de 1881 para comemorar a construção, no arsenal de marinha do Rio de Janeiro, da primeira canhoneira de ferro fabricada no país. O ministro da marinha, Lima Duarte, é homenageado como o grande pioneiro da construção de navios de ferro no Brasil. Para o artigo, “*os inimigos de nossa indústria, os incapazes de se inspirarem no sentimento pátrio, aqueles que guerrearam essa gloriosa tentativa, os magister que supunham o operário brasileiro incapaz de seguir as leis evolucionistas do progresso como eles são incapazes de engrandecer nossa pátria senão pelo ridículo das citações de estrangeiros, devem a esta hora estar, não diremos arrependidos porque o arrependimento pressupõe virtude de emendar, mas envergonhados ante a inépcia de suas sentenciosas asseverações.* O jornal aproveita, portanto, a ocasião para mais uma investida contra os inimigos da indústria nacional: “*Tudo no Brasil padece perseguição, ainda que sejam as mais úteis idéias. Teme-se que o povo se illustre, se emancipe da velha Europa, viva de si para si. O industrial, o artista, sofre a mais desnaturada guerra desses pedagogos de pergaminho, que com honrosas exceções, se inculcam os sábios, os únicos pensadores, os únicos árbitros do país*” (**Construção naval.** *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 35, 30 de outubro de 1881, p. 2).

<sup>27</sup> Francisco Iglésias, ao comentar a evolução da indústria brasileira de 1850 ao fim do Império afirma o seguinte: “*Foram empenhos consideráveis, de 1850 a 89: as antigas fiações e tecelagem, generalizadas pelas províncias; as fábricas de chapéus, inúmeras e por vezes bem montadas; retrós, calçados e artigos de couro, vidro, louça, produtos químicos, instrumentos de ótica, náuticos, engenharia; alimentos – açúcar, laticínios, carnes, massas, doces, vinhos, cigarros, sabão, velas; fundições. As unidades em regra são pequenas, as mais comuns são mesmo muito pequenas, destinando-se ao consumo de área restrita – algumas vilas ou a província. São inúmeras no interior, pelas dificuldades de comunicação, pois só em meados do século tem início a rede ferroviária e põe-se empenho nos caminhos de terra, possibilitando assim a chegada de mercadoria litorânea ou estrangeira. Em época de apreciável tecnologia em alguns centros europeus e nos Estados Unidos, o Brasil continua preso a padrões rotineiros, sem adotar o conseguido pelo empirismo ou pela ciência. A sociedade patriarcal resiste à máquina, temerosa de alteração da velha estrutura. Se poucos particulares, com sentido empresarial, instalam em fazendas ou fábricas urbanas a novidade, se o Estado incentiva o gosto e o emprego de inventos modernos, com a importação de alguns, com a concessão de privilégios, isenções e prêmios a quem os admite ou concebe, a extensão das experiências é reduzida*” (Iglesias, 1994: 51-52).

<sup>28</sup> **A exposição industrial.** *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 49, 18 de dezembro de 1881, p. 3.

<sup>29</sup> É este o teor do discurso da Associação Industrial, entidade fundada em 1880 reunindo representantes de fábricas de tecidos, chapéus, velas, produtos químicos, construções navais, fundições, além de donos de estabelecimentos que ainda estavam no nível artesanal (caldeireiros, serralheiros, latoeiros, alfaiates, marceneiros, carpinteiros), e que se concentrava na defesa de uma política tarifária protecionista. O comprometimento desta associação com a conservação da ordem sócio-econômica pode ser ilustrado pela

figura de seu primeiro presidente, o industrial têxtil mineiro Antonio Felício dos Santos, que também era militante anti-abolicionista. Toda esta discussão sobre a relação entre o desenvolvimento industrial autônomo do país e protecionismo alfandegário está presente no clássico de Nícia Vilela Luz (Luz, 1961); para o anti-abolicionismo de Felício dos Santos, ver o ensaio de Jacob Gorender sobre a burguesia brasileira (Gorender, 1990: 23).

<sup>30</sup> Através de um tratado comercial assinado com a Inglaterra em 23 de janeiro de 1860, a França se comprometia a reduzir as tarifas sobre o carvão e os produtos manufaturados ingleses, enquanto que a Inglaterra se comprometia a reduzir as tarifas sobre o vinho, o álcool e produtos acabados (como os de moda e de luxo) franceses. Apesar de a primeira vista parecer “agrarista” por prejudicar as manufaturas francesas, esta medida foi acompanhada por uma política de financiamento da indústria nacional através de um setor bancário dedicado especialmente ao investimento industrial (caso do *Crédit Mobilier*). De qualquer forma, a política de desenvolvimento de Napoleão III em seu conjunto foi decisiva para a posterior transformação da França em país industrial. Para a política tarifária e financeira de Napoleão III, ver Alexander Gerschenkron (Gerschenkron, 1973: 17-25). Para uma visão geral do governo de Napoleão III, ver Éric Anceau (Anceau, 2002).

<sup>31</sup> Para Jacob Gorenber, “*o modo de produção capitalista é absolutamente incompatível com o trabalho escravo. Seu desenvolvimento depende da formação de um mercado de mão-de-obra despossuída, abundante e juridicamente livre para ser assalariada, sob contratos de trabalho rescindíveis quando convier ao empregador*”. Para este autor, “*esse tipo de mercado de mão-de-obra começou a se constituir no Brasil na segunda metade do século XIX, porém sua expansão permaneceu fortemente restringida enquanto subsistiu a instituição servil. A persistência da escravidão fazia do ócio apanágio do homem livre, de tal maneira que muitos despossuídos preferiam a marginalidade e a indigência ao trabalho assalariado. Também a imigração de trabalhadores europeus, enquanto sobrevivesse a escravidão, encontraria sérios impedimentos*” (Gorender, 1990: 19-20).

<sup>32</sup> A preocupação do jornal com a ação nefasta dos comerciantes inescrupulosos e parasitários levaria à publicação de uma série de nove artigos intitulada **Praxes comerciais**, cujo objetivo, ao parafrasear artigos de Herbert Spencer (!) sobre as práticas comerciais na Inglaterra, era denunciar as atividades parasitárias dos grandes grupos comerciais no Brasil (imaginamos que a comunidade portuguesa do Rio de Janeiro estivesse particularmente visada). No segundo artigo da série encontramos uma interessante análise das atividades do **grande comércio atacadista**, e mais especificamente da figura intermediária do **comprador**, funcionário das grandes casas comerciais cuja função era comprar as mercadorias dos fabricantes e vendê-las para os pequenos comerciantes retalhistas, usando de todos os artifícios, inclusive da corrupção, para conseguir efetuar suas transações com o maior lucro possível, explorando desta forma a todos (fabricantes, comerciantes retalhistas e consumidores). Ver **Praxes comerciais II. Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz**, ano I, no. 45, 4 de dezembro de 1881, p. 1-2.

<sup>33</sup> **Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz**, ano II, no. 20, 12 e 16 de março de 1882, p. 1-2.

<sup>34</sup> O programa de Floriano Peixoto se encontra em sua mensagem presidencial de 12 de maio de 1892 ao congresso (**Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil por ocasião de abrir-se a 2ª sessão legislativa da 1ª legislatura**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892). Para uma abordagem sintética deste programa ver John Schulz (Schulz, 1994: 176).